ÍNDICE

1. √ **Proposta da Administração**
2. √ **Destinação dos Resultados**
3. √ **Comentários dos Administradores**
4. √ **Remuneração dos Administradores**

COMPANHIA

Razão Social: BAUMER S.A.

Sede: Av. Prefeito Antonio Tavares Leite, 181, Parque da Empresa, CEP 13.803-330, Mogi Mirim, SP

Objeto Social: Industrialização, comércio, produção, importação, exportação e assistência técnica em equipamentos médico-hospitalar, de saúde em geral, científico e hoteleira.

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AGO

Os administradores da Baumer S.A, nos termos da legislação societária e normas vigentes, propõem que a **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no dia 31 de julho de 2020, às 16:30 horas, na sua sede social à Avenida Prefeito Antonio Tavares Leite, 181, nesta Cidade e Estado, a fim de deliberarem sobre os seguintes pontos:

1) Examinar, discutir e votar, o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019;

2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2019, no montante de R$ 6.483.220,71 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e vinte reais e setenta e um centavos) e a distribuição de dividendos;

3) Fixar a remuneração anual dos membros da Diretoria;

4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal;

A instalação do Conselho Fiscal será deliberada em conformidade com o 25 do Estatuto Social da Companhia e art. 161 da lei nº. 6404/1976.

5) Exame, discussão e votação da política de remuneração variável;

6) Eleição dos membros do Conselho de Administração

A acionista controladora Baumer S/A, indica os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração:

(i) Ruy Salvari Baumer
(ii) Monica Salvari Baumer
(iii) Maria Cristina Baumer Azevedo
(iv) João Carlos Corsini Gamboa
(v) Jorge Antonio Barbosa
(vi) Lupercio Tiseo
(vii) Maria Eduarda Pessoa de Queiroz Baumer

Em conformidade com o disposto no art.10, da instrução CVM 481/09, itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, as informações acerca dos candidatos indicados acima constam no anexo I a esta proposta da Administração.

2. DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ARTIGO 9º DA IN 481/2009

I – Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo - A BAUMER S.A disponibilizou no site da CVM o relatório da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, constante do inciso I.

II – Cópias das demonstrações financeiras - A BAUMER S.A disponibilizou no site da CVM o relatório da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, constante do inciso II.

III – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Cia., nos termos do item 10 do formulário de referência – Ver item 3 deste documento.

IV – Relatório dos Auditores Independentes - A BAUMER S.A disponibilizou no site da CVM o relatório dos Auditores independentes conjuntamente com as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

V – Parecer do Conselho Fiscal - Não há conselho fiscal.

Item 1 – Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – disponibilizado no site da CVM

Item 2 – Propostas de destinação do Lucro Liquido

1. O Lucro líquido do exercício 2019 foi de R$ R$ 6.483.220,71 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e vinte reais e setenta e um centavos).

2. O montante global de dividendos proposto é de R$ 2.250.552,30, correspondendo a R$ 0,23 por ação preferencial e R$ 0,23 por ação ordinária.

3. O Percentual do lucro líquido do exercício a distribuir corresponde a 34,71% do lucro líquido do exercício.

4. Os dividendos propostos não se referem a lucros de exercícios anteriores.

5. a) Valor bruto de dividendos por espécie de ação:

Proventos	Ação	Quantidade ações	Montante	
			Global(R$ mil)	Por ação(R$)
Dividendos	PN	4.900.000	1.126	0,23
Dividendos	ON	4.900.000	1.124	0,23
Total		9.800.000	2.250	0,23

b) O pagamento dos dividendos será efetuado em 4 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, sem juros ou correção monetária, sendo a primeira em 17/09/2020, a segunda em 16/10/2020, a terceira em 17/11/2020 e a quarta em 16/03/2021.

c) Não haverá incidência de imposto de renda na fonte, na forma da legislação vigente.

d) Os dividendos serão pagos com base na posição acionária em 31/07/2020.

6. Não houve pagamentos de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. a) Lucro líquido do exercício e dos 4 (quatro) exercícios anteriores.

	Exercício (R$ mil)			
	Ano 2019	Ano 2018	Ano 2017	Ano 2016
Montante Global	2.250	1.369	1.174	1.462
Lucro Líquido	6.483	5.666	2.029	4.195
Dividendos PN	1.126	685	587	731
Dividendos ON	1.124	684	587	731
Total Distribuído	2.250	1.369	1.174	1.462

Montante por ação	2.250	1.369	1.174	1.462
Lucro Líquido	0,70	0,58	0,21	0,43
Dividendos PN	0,23	0,14	0,12	0,15
Dividendos ON	0,23	0,14	0,12	0,15
Total Distribuído	0,23	0,14	0,12	0,15

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 4 (quatro) exercícios anteriores.

	Exercício (R$ mil)			
	Ano 2019	Ano 2018	Ano 2017	Ano 2016
Montante Global	2.250	1.369	1.174	1.462
Lucro Líquido	6.483	5.666	2.029	4.195
Dividendos PN	1.126	685	587	731
Dividendos ON	1.124	684	587	731
Total Distribuído	2.250	1.369	1.174	1.462

8. a) Foi destinado do lucro do exercício o montante de R$ 324.161,04 para reserva legal conforme previsto na lei 6.404/76.

b) A *Reserva Legal é* constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art.193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

9. a) É devido o pagamento de dividendo mínimo de 30% do lucro líquido, apurado nos termos da legislação em vigor, para as ações preferenciais, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia, não podendo ser inferior ao dividendo prioritário de 6% do capital para as ações preferenciais.

b) As ações preferenciais têm direito ao dividendo prioritário correspondente a 6% do capital.

c) Não aplicável, pois a Companhia não tem parcelas cumulativa não pagas de dividendos.

d) O valor global dos dividendos mínimos a serem pagos para as ações preferenciais totalizam R$ 451.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil reais).

e) Não aplicável, pois na Companhia só existe um tipo de classe de ações preferenciais.

10. a) O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. Feitas as deduções previstas nos artigos 189, parágrafo único e 190 da Lei nº 6.404/76, os resultados verificados em balanço serão aplicados da seguinte forma, observadas as disposições legais pertinentes: a) 5 % para o Fundo de Reserva Legal, até que atinja 20% do capital, deixando de fazê-lo na hipótese prevista no §1º do art.193 da Lei 6.404/76; b) a importância necessária ao pagamento de dividendo mínimo de 25% às ações ordinárias e 30% às ações preferenciais do lucro líquido apurado, nos termos da legislação em vigor, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia, não podendo ser inferior ao dividendo prioritário de 6% do capital para as ações preferenciais.

    b) A proposta é destinar 34,71% do lucro para todos acionistas.

    c) Não aplicável.

11. Não aplicável, pois a Companhia está propondo o pagamento de 6% do capital conforme determina o estatuto da Companhia.

12. O valor da reserva de lucros já esta adequada ao valor das provisões para contingências.

13. Serão destinados R$ 1.208.518,37 para reserva de lucros a realizar referente a resultado positivo de equivalência patrimonial.

14. Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. a) Não aplicável, visto que não existe previsão de retenção de lucros em orçamento de capital.

    b) Não aplicável, visto que não existe previsão de retenção de lucros em orçamento de capital.

16. a) Não aplicável, visto que não existe previsão de destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

    b) Não aplicável, visto que não existe previsão de destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

3. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

10.1.a) A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para executar seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2019 a Companhia obteve um lucro operacional de R$ 6.483 (seis milhões, quatrocentos e oitenta mil), representando 4,66% do faturamento bruto e o resultado da equivalência patrimonial negativa foi de R$ 1.219 (um milhão e duzentos mil), totalizando R$ 7.702 (sete milhões, setecentos e dois mil) de lucro total. Foram feitos investimentos da ordem de R$ 7.6 milhões, destinados nas aquisições de máquinas e equipamentos industriais. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R$ 4,7 milhões, perfazendo 3,88% da nossa receita liquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos.

10.1.b) Não existe nenhum estudo relacionado a resgate das ações.

10.1.c) A liquidez da Companhia e de suas controladas é suficiente para assumir todos os seus compromissos financeiros de curto prazo. A companhia encerrou o exercício com índice de liquidez corrente de 1,92 em 2019, 1,92 em 31/12/2018 e 1,96 em 31/12/2017.

10.1.d) A política da Companhia tem sido a de financiar suas operações a custos competitivos, seja através de linhas de financiamentos junto ao BNDES, Finame e Finem, ou junto a bancos comerciais com linha de crédito de curto prazo para gestão de capital de giro.

10.1.e) A Companhia está apta a captar recursos junto a instituições financeiras de médio e grande porte, aplicáveis ao financiamento das necessidades de capital de giro e manutenção de disponibilidades de caixa, em nível que acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades. Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados principalmente por meio de recursos disponibilizados no âmbito do projeto de investimentos já aprovado pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

10.1.f) Quadro dos níveis de endividamento

Demonstrativo de níveis de endividamento - R$ mil		2017	2018	2019
(1) Caixa e equivalentes de caixa		17.228	7.632	10.483
(2) Financiamentos (Parcelas do circulante)		-12.114	-12.821	-13.303
(3) Financiamentos (Parcelas do não circulante)		-16.891	-16.655	-16.458
(4) Dívida líquida	**(1)-(2)-(3)**	**-11.777**	**-21.844**	**-19.278**
(5) Patrimônio líquido		91.512	95.102	101.452
Nível de endividamento financeiro	(4) / (5)	12,87%	22,97%	19,00%

10.1.f.i) Os financiamentos foram obtidos para aquisição de máquinas e equipamentos e estão garantidos por avais da Diretoria.

No ano de 2019 a Baumer efetuou o pagamento de R$ 8,4 milhões para liquidação de empréstimos junto as instituições bancarias. Para o empréstimo relacionado a pesquisa, desenvolvimento e inovação os juros são de 4,5% ao ano e para o empréstimo relacionado a produção os juros correspondem a TJLP + 3% ao ano.

10.1.f.ii) A administração da Companhia está permanentemente empenhada na busca por fontes competitivas para financiamentos de suas operações e não mantem quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras passiveis de gerar efeitos relevantes.

10.1.f.iii) Não existe grau de subordinação entre as dívidas grafadas no balanço da Companhia.

10.1.f.iv) Não aplicável, pois não existe nenhuma restrição imposta ao emissor.

10.1.g) Não aplicável, pois não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

10.1.h) Nossas informações financeiras para os exercícios encerrados em 2019, 2018 e 2017 foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com a nossa administração, as demonstrações financeiras anuais consolidadas refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios.

As demonstrações financeiras, individual e consolidado, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conjunto com as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes, e compostas pelas demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas. São eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que ela opera, sendo que quando a moeda for diferente da moeda de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R$) na data das demonstrações financeiras.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. (Nota 4)

2.4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A estimativa de perdas de clientes é calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o percentual de duplicatas a vencer e vencidas, a liquidez de mercado e o nível de crédito, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber. (Nota 5)

2.5. ESTOQUES

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição considerando o valor presente, quando aplicável. A Companhia e suas controladas custeiam seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de estoques para: (i) realização; (ii) baixa rotatividade; e (iii) estoques obsoletos, são constituídas de acordo com as políticas da Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. (Nota 6)

2.6. INVESTIMENTOS

Os investimentos em controladas e em demais sociedade que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial na controladora. (Nota 7). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

2.7. IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária. (Nota 8)

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 527 de 01 de novembro de 2007, que aprova o pronunciamento Técnico CPC 01, o imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis.

2.8. INTANGÍVEIS

Referem-se a licenças adquiridas de programas de computador que são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada.

Gastos em atividades de pesquisa, desenvolvimentos e inovação realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento, entendimento científico ou tecnológico e em atendimento a projetos de produtos customizados, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e acrescidos dos encargos, juros e variação monetária, conforme previsto contratualmente e incorridos até as datas dos balanços (vide nota explicativa 10). Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado do exercício durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Dessa forma, o saldo a pagar de empréstimos na data do balanço está próximo ao valor justo.

2.10. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais.

2.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os encargos de imposto de renda sobre o lucro real e de contribuição social foram apurados em conformidade com a legislação vigente.

2.12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os benefícios a empregados incluem benefícios de curto prazo, tais como salários, e contribuições para previdência social, participações nos lucros e gratificações e benefícios não monetários, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização.

2.13. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia e suas controladas provisionam a participação nos resultados para os colaboradores e administradores com base em programas que estabelecem metas operacionais anualmente, e é aprovadas pelo Conselho de Administração. O montante da participação é reconhecido no resultado do período de acordo com o atingimento das metas.

2.14. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, nos registros das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência em previsão de evento futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicáveis.

2.15 – DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia.

2.16. APURAÇÃO DO RESULTADO E CRITÉRIO DE RECONHECIMENTO DE RECEITA DE VENDAS

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de venda são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida.

2.17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

- Passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros incluem para os ativos financeiros o Caixa e Equivalentes de Caixa (Valor Justo por meio do resultado) e para os passivos financeiros os empréstimos e financiamentos (Custo Amortizado):

2.18. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia e suas controladas elaboram as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), conforme requerido pela legislação brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas.

2.19. ARRENDAMENTOS

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia não teve impactos significativos com a nova norma do CPC 06 (IFRS 16), em virtude de não ter arrendamentos que possuem tal característica.

2.20 NORMAS COM ADOÇÃO INICIAL EM 2019 NÃO DESCRITAS NOS ITENS ANTERIORES

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A interpretação vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, exceto aos já apresentados na Nota 10 – Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, nos períodos apresentados.

Alterações no CPC 36 (R3) equivalente à norma internacional IFRS 10: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto

As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados.

2.21. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

Análise das principais contas patrimoniais para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (em milhares de reais).

BAUMER S.A.

Mogi Mirim-SP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	Consolidado		
A T I V O	**2.019**	**2.018**	**2.017**
CIRCULANTE			
Disponibilidade	5.661	2.960	4.199
Aplicações Financeiras	7.754	6.331	11.856
Contas a Receber de Clientes, líquido	30.886	40.682	32.366
Estoques	54.552	53.922	44.587
Impostos a recuperar	9.114	7.605	5.886
Outras Contas a Receber	2.269	2.929	4.202
Dividendos a receber	33	8	520
Despesas Antecipadas	1.598	846	986
TOTAL DO CIRCULANTE	**111.867**	**115.283**	**104.602**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	43.916	43.919	45.167
Empresas Relacionadas	13.003	13.061	12.662
Outros Créditos	30.913	30.858	32.505
Ativo Permanente	34.804	30.688	31.076
Investimentos, líquido	3.436	3.439	3.439
Imobilizado, líquido	29.673	25.884	27.102
Intangível , líquido	1.695	1.365	535
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**78.720**	**74.607**	**76.243**
TOTAL DO ATIVO	**190.587**	**189.890**	**180.845**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Consolidado

PASSIVO	2.019	2.018	2.017
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	15.843	14.622	14.129
Fornecedores	6.590	6.666	5.753
Impostos e contribuições sociais	809	2.971	890
Salários e Encargos Sociais	2.137	1.998	1.773
Empresas Relacionadas	7.318	8.710	10.240
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	2.484	2.507	2.854
Contas a Pagar e Outras Provisões	23.873	22.077	18.443
Imposto de Renda e Contribuições Sociais	314	141	308
TOTAL DO CIRCULANTE	**59.368**	**59.692**	**54.390**
NÃO CIRCULANTE			
Passivo Exigível a Longo Prazo	23.092	26.029	25.915
Empréstimos e Financiamentos	15.048	17.335	17.973
Impostos e contribuições sociais	0	0	0
Provisão para Riscos Fiscais e Trabalhistas	5.203	4.029	2.456
Imposto e CSSL Diferidos	1.868	1.868	1.868
Outras Contas a Pagar	973	2.797	3.618
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**23.092**	**26.029**	**25.915**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	15.000	15.000	15.000
Reserva de Capital	212	212	212
Reservas de Lucros	81.615	75.126	69.661
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.696	3.696	3.696
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**100.523**	**94.034**	**88.569**
Participação não controladores	7.604	10.135	11.971
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**108.127**	**104.169**	**100.540**
TOTAL DO PASSIVO	**190.587**	**189.890**	**180.845**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	Consolidado		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.019	2.018	2.017
Vendas e Serviços	**168.039**	**133.974**	**121.522**
Impostos incidentes sobre vendas	-18.729	-14.172	-11.769
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**149.310**	**119.802**	**109.753**
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	-72.024	-52.399	-46.284
LUCRO BRUTO	**77.286**	**67.403**	**63.469**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	-36.554	-32.929	-30.088
Administrativas	-23.598	-23.289	-22.739
Pesquisa e desenvolvimento	-4.756	-4.628	-6.383
Tributária	-1.081	-92	-183
Resultado de Participação Societaria	-988	-232	-705
Outras receitas operacionais, líquidas	-2.126	-1.068	-754
Total das despesas Operacionais	**-69.103**	**-62.238**	**-60.852**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	7.940	8.022	3.878
Despesas financeiras	-6.586	-7.024	-3.824
Despesas de variação cambial	-109	-232	-220
Total das despesas Financeiras	1.245	766	-166
LUCRO OPERACIONAL	**9.428**	**5.931**	**2.451**
Imposto de renda e contribuição social	-5.234	-3.178	-1.989
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕ	**4.194**	**2.753**	**462**
Participação minoritária	0	0	-437
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**4.194**	**2.753**	**899**

A empresa apurou lucro líquido de R$ 4.194 milhões no ano 2019, um aumento de 52,34% em comparação com o ano de 2018 (R$ 2.753 mil).

10.2.a.i) A receita operacional da Companhia é composta pela venda de equipamentos hospitalares, implantes e instrumentos cirúrgicos, biomateriais e lavanderia hospitalar, industrial e hoteleira, atingindo em 2019 R$ 168,0 milhões, com um aumento de 25,43% em relação a 2018.

10.2.a.ii) O ambiente de instabilidade e incerteza provocou forte impacto na atividade econômica brasileira, com reflexos no aumento do desemprego, inflação ainda em níveis elevados, na confiança do consumidor e na restrição ao credito.

10.2.b) A taxa de câmbio teve influência como mencionado, o real está barato frente à moeda estrangeira, a consequência é que quem tem dólar comprará com melhor custo-benefício os produtos brasileiros. Por isso para os exportadores a alta do dólar é positiva, pois a venda fica mais fácil. Mas, para quem importa produtos está mais difícil, pois o produto fica mais caro.

10.2.c) Além dessas variáveis, parte das vendas são atreladas ao SUS, que mantem seus preços congelados, ao contrário dos preços de insumos e da mão de obra. A companhia busca de forma permanente aprimorar seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de amenizar os efeitos dessas variáveis.

10.3.a) Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2017.

10.3.b) Existe previsão de constituição de duas novas empresas para melhorar o gerenciamento dos segmentos existentes.

10.3.c) Não aplicável, pois não houve nenhum evento ou operações não usuais que merecesse destaque.

10.4.a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações com a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com endosso por meio de Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis**.**

10.4.b) Não existem efeitos significativos na aplicação das novas práticas contábeis.

10.4.c) Não aplicável, pois não houve ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

10.5) Dentre as principais praticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para a elaboração das demonstrações contábeis, ressaltamos:

10.6. a) É entendimento da Administração que a Companhia possui um ambiente de controle interno suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Totvs.

10.6. b) O relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes não apresenta deficiências significativas quanto aos controles internos da Companhia.

10.7. Não aplicável, pois não houve oferta publica de distribuição de valores mobiliários.

10.8. A Companhia, em 31 de dezembro de 2019, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

10.9. Não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10.a.i) Em 2020, a Companhia pretende destinar seus investimentos na melhoria de processos, na aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da produtividade e na manutenção do parque fabril.

10.10.a.ii) A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano 2020 através de capital próprio e através de financiamento oferecido pelo BNDES.

10.10.a.iii) Não ha desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

10.10.b) Não aplicável.

10.10.c.i) Anualmente a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porem, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

10.10.c.ii) A Companhia investiu em média 5,25% da sua receita liquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos nos últimos 3 anos.

10.10.c.iii) Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

10.10.c.iv) Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R$ 4,7 milhões que correspondem a 3,88% da receita liquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos.

10.11. Não aplicável, pois não existem outros fatores que possam influenciar de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

4. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRATIVA

4.1. A realização da eleição dos membros do Conselho Fiscal, funcionará somente no exercício em que for instalado, a pedido dos acionistas que representem no mínimo 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

5. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1.a) A politica de remuneração da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado as suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

As políticas e práticas de remuneração do órgão de administração têm os seguintes objetivos:
i. Atrair, reter e comprometer talentos com remuneração em condições competitivas perante o mercado;
ii. Reconhecer efetividade dos executivos em função da amplitude de suas responsabilidades, impacto de sua liderança sobre os diferentes “stakeholders”, e seu nível de experiência;
iii. Promover e reconhecer ganhos de curto prazo com vistas ao crescimento e na criação de valor, alinhando os interesses de executivos e acionistas.

13.1.b.i) A remuneração da Diretoria Estatutária compõe-se de remuneração fixa e variável anual baseada em metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, assim como por benefícios complementares.

13.1.b.ii) Demonstrativo da proporção de cada elemento na remuneração total da Diretoria.

Cargos	Remuneração fixa(%)	Remuneração Variavel(%)	Previdência Privada(%)	Assistência Medica(%)	Total(%)
Conselheiros	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria	66%	16%	10%	8%	100%

13.1.b.iii) A remuneração dos Administradores é periodicamente comparada com as práticas de mercado por consultorias especializadas, inclusive com pesquisas realizadas e é estabelecida anualmente pelo Conselho de Administração.

13.1.b.iv) A composição da remuneração está baseada nas práticas de mercado e esta em harmonia com os objetivos da Companhia.

13.1.c) O salário base é determinado pelo sistema de avaliação de cargos, levando em consideração os valores praticados no mercado. A remuneração variável é determinada pelo atingimento dos resultados, sempre levando em conta, como ponto de partida, o resultado operacional.

13.1.d) A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho do negócio de acordo com mecanismo de aceleração e desaceleração, aplicáveis a resultados respectivamente superiores ou inferiores às metas preestabelecidas.

13.1.e) A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia ao fazê-la dependente de indicadores balanceados definidos pelos acionistas.

13.1.f) Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

13.1.g) Não aplicável, pois não existe remuneração ou beneficio vinculado à ocorrência de determinado evento na Companhia.

13.2. A remuneração total do órgão da administração prevista para 2018 é de 5% do faturamento liquido do exercício, cabendo ao Presidente do Conselho proceder à sua distribuição.

13.3. Não há pagamento de remuneração variável aos integrantes dos Conselhos de Administração. A remuneração variável da Diretoria Executiva de 2019 foi no montante de 464 mil.

13.4. Não aplicável, pois não existe plano de remuneração baseado em ações na Companhia.

13.5. Demonstrativos de cotas detidas no Brasil sob controle comum do Conselho da administração e da Diretoria.

Órgão	Qtde ações Emissor (*)	Qtde cotas Controladas (**)
Conselho de Administração	7.252.324	1.245.739
Conselho Fiscal		
Diretoria Estatutária	5.165.545	830.493

(*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Baumer), detidas, direta ou indiretamente, por membros da Administração.

(**) Refere-se a quantidade de ações da Controladas, detidas, direta ou indiretamente, por membros da Administração.

13.6. Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.7. Não aplicável, pois não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

13.8. Não aplicável, pois não existem opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações na Companhia.

13.9. Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

13.10. Demonstrativo do plano de previdência em vigor conferido aos membros da Diretoria estatutária.

Ref.	Itens	Informações
a.	Órgão	Diretoria Estatutária
b.	Número de membros	6
c.	Nome do Plano	Brasil Prev
d.	Quantidade de administradores que reúnem as condições para aposentar	NA
e.	Condições para se aposentar antecipadamente	NA
f.	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência ate o encerramento do último exercício social, descontando a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 3.179.737,88
g.	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 300.126,40
h.	Se há possibilidades de resgate antecipado e quais as condições	NA

13.11. A remuneração individual máxima foi de R$ 76.947,00 a remuneração mínima foi de R$ 22.947,00 e a remuneração média foi de R$ 34.318,00 para o ano de 2019.

Ref.	Itens	2019	2018	2017
a.	Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
b.	Número de membros	6	6	7
c.	Valor da maior remuneração individual	76.947	63.109	62.878
d.	Valor da menor remuneração individual	22.947	18.154	18.951
e.	Valor da médio de remuneração individual	34.318	29.783	28.228

13.12. Não aplicável, pois a Companhia não possui nenhum arranjo contratual, apólice de seguro ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores.

13.13. Não aplicável, pois a Companhia remunera apenas a Diretoria estatutária.

13.14. Não aplicável, pois a Companhia remunera apenas a Diretoria estatutária.

13.15. Não aplicável, pois a Companhia remunera apenas a Diretoria estatutária.

Informações adicionais:

Documentos - Todos os documentos e informações necessárias ao exercício do direito de voto pelos acionistas, em especial as propostas da administração quanto às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), B3 (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Companhia, na internet.

Voto à distância - Em atendimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 121 da Lei 6.404/76, a Companhia disponibilizará canal de voto a distância, segundo regulamentação da CVM.

ANEXO I – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Informações dos candidatos indicados pelo controlador

CONSELHO ADMINSTRAÇÃO

Candidato 1
a) nome: Ruy Salvari Baumer
b) profissão: Industrial
c) CPF ou número de passaporte: 003.881.608-37
d) Cargo eletivo ocupado: Vice Presidente
e) data de eleição: 29/04/2016
f) data da posse: 29/04/2016
g) prazo do mandato: 3 anos
h) outros cargos ou função exercidos no emissor: Diretor, Vice Diretor e Presidente
i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

Candidato 2
a) nome: Monica Salvari Baumer
b) profissão: Administradora
c) CPF ou número de passaporte: 996.972.208-59
d) Cargo eletivo ocupado: Diretora
e) data de eleição: 24/04/2017
f) data da posse: 24/04/2017
g) prazo do mandato: 3 anos
h) outros cargos ou função exercidos no emissor: Diretora
i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

Candidato 3
a) nome: Maria Cristina Baumer Azevedo
b) profissão: Desenhista Industrial
c) CPF ou número de passaporte: 001.684.808-08
d) Cargo eletivo ocupado: Conselheira da empresa
e) data de eleição: 24/04/2016
f) data da posse: 24/04/2016
g) prazo do mandato: 3 anos
h) outros cargos ou função exercidos no emissor: Conselho de Administração
i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

Candidato 4
a) nome: João Carlos Corsini Gamboa
b) profissão: Advogado
c) CPF ou número de passaporte: 083.099.688-50
d) Cargo eletivo ocupado: Conselheira da empresa
e) data de eleição: 24/04/2016
f) data da posse: 24/04/2016
g) prazo do mandato: 3 anos
h) outros cargos ou função exercidos no emissor: Conselho de Administração
i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

Candidato 5
a) nome: Jorge Antonio Barbosa
b) profissão: Contador
c) CPF ou número de passaporte: 714.207.208-30
d) Cargo eletivo ocupado: Conselheira da empresa
e) data de eleição: 24/04/2016
f) data da posse: 24/04/2016
g) prazo do mandato: 3 anos
h) outros cargos ou função exercidos no emissor: Diretor e Conselho de Administração
i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

Candidato 6
a) nome: Lupercio Tiseo
b) profissão: Comerciante
c) CPF ou número de passaporte: 990.210.218-20
d) Cargo eletivo ocupado: Conselheira da empresa
e) data de eleição: 24/04/2016
f) data da posse: 24/04/2016
g) prazo do mandato: 3 anos
h) outros cargos ou função exercidos no emissor: Gerente Comercial e Conselho de Administração
i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

COMSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RUY SALVARI BAUMER Exerce a função de Presidente da Baumer S/A, Conselheiro Assembleia Geral da FIESP, Coordenador Titular do COMSAÚDE e Presidente da SINAEMO.
Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

MONICA SALVARI BAUMER Administração de empresa com habilidade profissional em administração hospitalar. Atividades iniciadas em 1974 como estagiaria da Baumer S/A, e cargos posteriores incluindo auxiliar de Departamento Pessoal, assistente de Marketing, assistente de diretoria financeira, secretaria de importação, chefe de orçamento, gerência geral de coligada e gerência de planejamento. Diretora da Baumer S/A, Gerente Executiva de Comércio e Importação Erecta Ltda.
Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

MARIA CRISTINA BAUMER AZEVEDO DESENHO INDUSTRIAL FAAP. Atividades iniciadas em 1977 na Baumer S/A na área de desenvolvimento de novos produtos e programação da comunicação visual de catálogos, posteriormente na área de Departamento Pessoal.
Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JOÃO CARLOS CORSINI GAMBOA Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP (1983); mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP (1999); participou do Program of Instrucion for Lawyers na Harvard Law School (1997 e 2001). Membro do Instituto Brasileiro de Direito

Processual. Advogado há 27 anos na área empresarial e sócio do escritório de advocacia Gambôa Advogados. Gambôa Advogados é um escritório multidisciplinar, com 27 anos de experiência na prestação de serviços em diversos ramos do Direito Empresarial. Em 2008 Gambôa Advogados foi indicado como um dos escritórios mais admirados do Brasil na categoria altamente especializada pela Análise Editorial ("Os mais admirados Advogados & Escritórios") em pesquisa que contou com a colaboração das 1.500 maiores empresas do país. Em 2009 Gambôa Advogados foi relacionado pela mesma Revista.
Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

JORGE ANTONIO BARBOSA Pós-Graduado em Administração Empresarial – PDG EXEC / FGV – 1991; graduado em Ciências Contábeis – FAE 1980. Atividades iniciadas em 1971 como office boy na Champion Papel e Celulose S/A, e cargos posteriores incluindo arquivista, auxiliar de contabilidade e analista contábil. Iniciou suas atividades em 1976 na Baumer S/A na área contábil, e cargos posteriores incluindo Contador, Gerente administrativo, Controller e Diretor Administrativo e Financeiro. Exerceu a função de Presidente da Sterlix Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda, sócio proprietário da JB Assessoria Empresarial e Participações Ltda, Diretor Regional na Fiesp e Diretor da Associação Comercial e industrial de Mogi Mirim.
Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

LUPERCIO TISEO Atividades iniciadas em 1974 como Office boy e cargos posteriores, incluindo auxiliar de cobrança, responsável pelo CPD, supervisor de vendas, responsável pela implantação dos agentes estaduais e gerente comercial da Baumer. Gerente comercial da Comercial e importação Erecta Ltda.
Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.7/8 – Não aplicável a Companhia.

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau.
Ruy Salvari Baumer – tem relação em 1º grau com Monica Salvari Baumer
Ruy Salvari Baumer – tem relação em 1º grau com Maria Cristina Baumer Azevedo
Monica Salvari Baumer – tem relação em 1º grau com Maria Cristina Baumer Azevedo

12.10 – Não aplicável a Companhia.